

PROJETO DE LEI N°. 01, DE 13 DE JANEIRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária emergencial de excepcional interesse público.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, mediante Processo Seletivo Público Simplificado, nos termos do inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, o seguinte profissional:

Cargo	Quantidade	Carga Horária	Prazo da
			Contratação
	02 (uma para		
Técnico (a) em	contratação		até 24 meses a
Enfermagem	imediata e uma	40 horas semanais	partir da data de
E.S.F.	para cadastro		contratação
	reserva)		

Art. 2º A remuneração mensal é a seguinte:

I - Para técnico (a) em enfermagem E.S.F valor de R\$ 1.952,52, para o contrato de 40 horas semanais.

Parágrafo único. O valor da remuneração será reajustado nos mesmos percentuais dos cargos para servidores efetivos.

- **Art. 3°** O contrato decorrente da presente Lei é de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os seguintes direitos:
 - I remuneração conforme estipulado no art. 2°;
- II jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, e gratificação natalina proporcional.
 - III férias proporcionais, ao término do contrato;
 - IV inscrição no Regime Geral de Previdência;
 - V vale refeição conforme Lei Municipal nº 2.552/2006.



- **Art. 4°** Ao Município fica resguardado o direito de rescindir os contratos autorizados por esta Lei a qualquer tempo, por motivo de conveniência administrativa.
- **Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2032 – Manutenção do E.S.F.

3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal CI

- **Art. 6º** As disposições da presente Lei ficam inclusas no PPA e LDO.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barração, 13 de janeiro de 2023.

LUIZ CARLOS DA SILVA,

Vice-Prefeito Municipal, em exercício.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº. 01, DE 13 DE JANEIRO DE 2023

Colenda Câmara de Vereadores,

Apraz-nos cumprimentá-los e, na oportunidade, repassar o incluso Projeto de Lei, para análise e apreciação de Vossas Excelências em Sessão Extraordinária.

A contratação que se busca autorização legislativa faz-se necessária para suprir a vaga ocupada por servidora que terá seu contrato encerrado no início do mês de fevereiro.

Diante disso, visando evitar prejudicar a população por falta de profissional, solicitamos a aprovação para que seja possível iniciar o processo seletivo de contratação o mais breve possível.

Deixamos de apresentar o impacto orçamentário-financeiro haja vista a despesa não ultrapassar dois exercícios, a teor do art. 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Sendo o que tínhamos para o momento, deixamos os votos da mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS DA SILVA,

Vice-Prefeito Municipal, em exercício.